



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL
TERMO DE REFERÊNCIA

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS:

- 1.1** Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazo de execução.
- 1.2** O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A licitação será realizada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O objetivo é a futura e eventual contratação do objeto descrito neste documento, com fundamento no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Este Termo de Referência visa instruir o procedimento licitatório destinado à **contratação de empresa especializada no transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) em conjunto roll on/roll off com a utilização de dois containers em aço de 30m³ para armazenamento temporário em transbordo, em conformidade com a legislação pertinente para uso do município de Costa Marques - RO**, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA

2 DO OBJETO/OBJETIVO/ESPECIFICAÇÕES:

2.1 DO OBJETO:

- 2.1.1** Contratação de empresa especializada no transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) em conjunto roll on/roll off com a utilização de dois containers em aço de 30m³ para armazenamento temporário em transbordo, em conformidade com a legislação pertinente para uso do município de Costa Marques - RO, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

2.2 OBJETIVO

- 2.2.1** O objetivo da contratação é assegurar o encaminhamento regular, contínuo, seguro e ambientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Costa Marques/RO, provenientes da coleta pública domiciliar e comercial da zona

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

urbana, do Distrito de São Domingos do Guaporé e do Forte Príncipe da Beira, até o local de disposição final licenciado.

- 2.2.2** Busca-se, com a contratação, atender às diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), garantindo a adequada integração entre as etapas de coleta, transbordo, transporte e disposição final, bem como a proteção do meio ambiente e da saúde pública.

2.3 Das Especificações Técnicas/Quantidades:

Item	Descrição	Un	Quantidade Estimada (ANO)
1	Serviço de Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em conjunto roll on/roll off.	Km	137.160,00
2	Locação de 2 (duas) Caixas contentoras de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aço, capacidade de 30m³; Dimensões aproximadas de 6,00m de comprimento, 2,56m de largura e 2,23m de altura: 2,23; Tratamento anticorrosão, porta com 01 folha, com pelo 03 dobradiças, trinco central e trava de segurança com acionamento lateral, para transporte de resíduos sólidos urbanos, aptos ao sistema roll on/roll off.	Meses	12

- 2.3.1** O transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá ser realizado exclusivamente por caminhões dotados de sistema roll on/roll off, compatíveis com os contêineres metálicos utilizados, atendendo às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes.
- 2.3.2** Deverão ser disponibilizados 02 (dois) contêineres metálicos em aço, com capacidade individual mínima de 30 m³, próprios para armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos, em bom estado de conservação, compatíveis com o sistema roll on/roll off e aptos a suportar as condições operacionais da atividade.
- 2.3.3** O carregamento dos resíduos sólidos urbanos nos contêineres será de responsabilidade do Município de Costa Marques/RO, por meio de equipe própria,

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

utilizando máquinas e equipamentos adequados, tais como pá carregadeira, retroescavadeira ou escavadeira hidráulica.

- 2.3.4** À contratada caberá a responsabilidade pela retirada simultânea de dois contêineres cheios no ponto de transbordo, o transporte até o aterro sanitário licenciado indicado pela Administração e a reposição imediata de dois contêineres vazios no local, de modo a garantir a continuidade da operação, observados os critérios operacionais definidos neste Termo de Referência.
- 2.3.5** A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de trânsito aplicável, bem como as condicionantes das licenças ambientais pertinentes à atividade de transporte de resíduos sólidos urbanos.
- 2.3.6** A medição e o pagamento dos serviços observarão dois critérios distintos, conforme a natureza de cada item contratado:
- I. Serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos: A medição será realizada com base no número efetivo de viagens executadas, multiplicado pela distância unitária de 381 km, correspondente ao trajeto entre a área de transbordo localizada no atual lixão do Município de Costa Marques/RO e o aterro sanitário licenciado localizado no Município de Cacoal/RO.
 - II. Serviço de locação de contêineres: O pagamento será realizado com base na utilização dos contêineres metálicos disponibilizados, considerando, para fins deste Termo de Referência, a previsão de utilização de 02 (dois) contêineres, sendo necessário o pagamento de aluguel dos 12 meses para cada container, observadas as condições contratuais, o período de disponibilização e os critérios de medição a serem definidos.
- 2.3.7** A estimativa do quantitativo dos serviços foi definida com base na memória de consumo do Município de Costa Marques/RO, considerando o histórico recente de geração de resíduos sólidos urbanos (RSU), abrangendo a sede municipal, o Distrito de São Domingos do Guaporé e o Forte Príncipe da Beira.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000

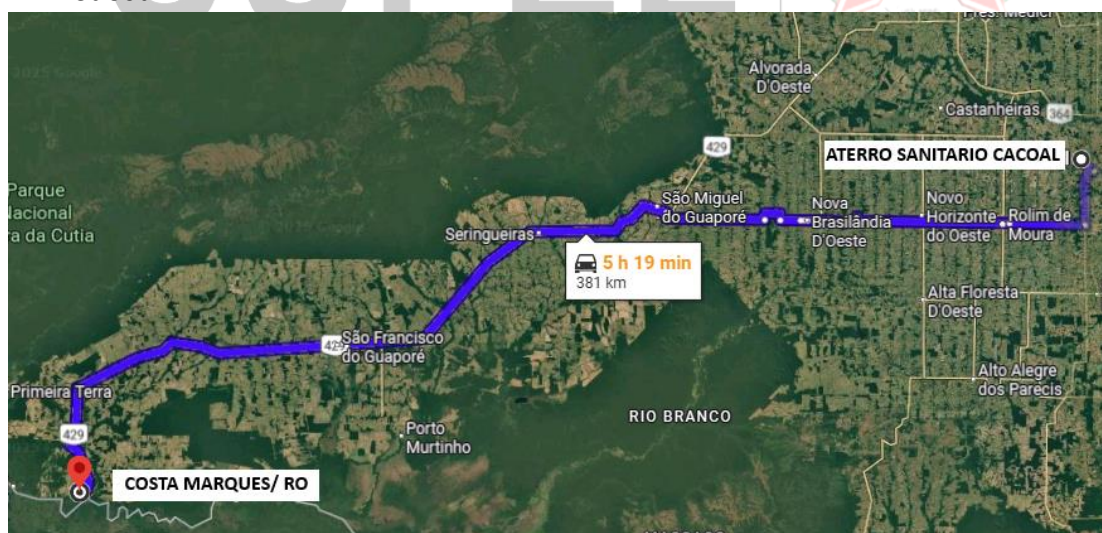




ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 2.3.8** As informações utilizadas para o dimensionamento decorrem de registros operacionais e relatórios consolidados pela Administração Municipal, os quais refletem de forma representativa a realidade local de geração de resíduos. Para fins de padronização técnica, comparabilidade e mensuração contratual, adotou-se a tonelada como unidade de referência.
- 2.3.9** Com base nos dados apurados no período compreendido entre os meses de janeiro e outubro de 2025, verificou-se uma geração média aproximada de 12 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, o que corresponde a cerca de 360 toneladas mensais, considerando um mês padrão de 30 dias. Mantida essa média, projeta-se uma geração anual da ordem de 4.320 toneladas de RSU ao longo de 12 meses.
- 2.3.10** Para fins de planejamento logístico do transporte, considera-se que a disposição final dos resíduos ocorrerá em aterro sanitário licenciado localizado no Município de Cacoal/RO, situado a aproximadamente 381 km de distância do Município de Costa Marques/RO, totalizando 762 km por viagem completa (ida e volta).

Figura 01 – Distância do lixão de Costa Marques/RO até o aterro sanitário de Cacoal.



- 2.3.11** Considerando a utilização de sistema roll on/roll off, com contêineres metálicos de 30 m³, adotou-se como parâmetro técnico uma capacidade média de transporte de 25 toneladas por viagem, valor compatível com a densidade média do resíduo sólido urbano compactado e com as limitações operacionais do sistema.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

Tabela 01 – Memoria de Cálculo da quilometragem estimada

Item	Parâmetro
Geração média diária de RSU	12 t/dia
Geração média mensal de RSU	360 t/mês
Geração média anual de RSU	4.320 t/ano
Distância até o aterro sanitário (ida)	381 km
Distância total por viagem (ida e volta)	762 km
Capacidade média de transporte	25 t/viagem
Número estimado de viagens mensais	15 viagens
Quilometragem mensal estimada	11.430 km
Quilometragem anual estimada	137.160 km

2.3.12 A partir desses parâmetros, estima-se a necessidade média de aproximadamente 15 viagens mensais para o transporte dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município, de modo a atender integralmente a demanda mensal estimada, assegurando a regularidade do serviço e evitando o acúmulo excessivo de resíduos no ponto de transbordo.

2.3.13 Assim, o dimensionamento da quilometragem percorrida resulta em uma estimativa aproximada de **11.430 km mensais**, correspondendo a cerca de **137.160 km anuais**, valores que servem como base técnica para a estimativa de custos, planejamento operacional e definição das obrigações contratuais.

2.3.14 Os quantitativos estimados constituem parâmetros técnicos referenciais, podendo sofrer ajustes ao longo da execução contratual, em função de variações sazonais na geração de resíduos, crescimento populacional ou alterações operacionais, sem prejuízo à continuidade do serviço público, observados os mecanismos de gestão e fiscalização contratual.

3 DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1 DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

3.1.1 A presente contratação visa atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que possui a necessidade de assegurar o transporte ambientalmente adequado dos





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados no Município de Costa Marques/RO, desde o ponto de transbordo até o local de disposição final devidamente licenciado.

- 3.1.2** O Município de Costa Marques/RO busca atender às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente no que se refere à responsabilidade do poder público municipal pela gestão integrada dos resíduos sólidos, incluindo as etapas de coleta, transbordo, transporte e destinação final.
- 3.1.3** Considerando que os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos constituem serviços públicos essenciais, de caráter contínuo e ininterrupto, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, torna-se necessária a adoção de solução técnica adequada para viabilizar o transporte regular dos resíduos até o local de disposição final ambientalmente adequado.
- 3.1.4** Os resíduos sólidos urbanos são gerados pelos domicílios residenciais, estabelecimentos comerciais e demais atividades urbanas do Município de Costa Marques/RO, demandando não apenas sua disposição final em local licenciado, mas também o transporte adequado, seguro e controlado, por se tratar de atividade classificada como potencialmente poluidora.
- 3.1.5** A ausência de manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos, especialmente na etapa de transporte, pode ocasionar consequências graves, tais como vazamento de líquidos percolados, contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, além da proliferação de vetores transmissores de doenças e riscos à saúde pública, reforçando a necessidade de técnicas específicas e mão de obra especializada ao longo de todo o processo.
- 3.1.6** O transporte inadequado dos resíduos pode intensificar os impactos ambientais gerados, uma vez que a manipulação incorreta e o acondicionamento inadequado favorecem reações biológicas e químicas, resultando na emissão de gases como CO₂, H₂S e CH₄, bem como na geração de lixiviados, os quais exigem controle rigoroso para evitar danos ambientais.
- 3.1.7** Tendo em vista que a geração de resíduos sólidos urbanos é contínua e que a prestação dos serviços de manejo de resíduos é obrigatória, não havendo

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

discrecionabilidade do Poder Público quanto à sua execução, impõe-se a adoção de solução que assegure a continuidade do transporte dos resíduos até o aterro sanitário, conforme competência municipal estabelecida no art. 30, inciso V, da Constituição Federal.

- 3.1.8** Dessa forma, definir e implementar solução adequada para o transporte dos resíduos sólidos urbanos, de maneira ambientalmente correta e operacionalmente eficiente, é medida essencial para a proteção do meio ambiente, a preservação da saúde pública, o cumprimento das normativas legais e a promoção do desenvolvimento sustentável, atendendo diretamente ao interesse público do Município de Costa Marques/RO.

3.2 DA JUSTIFICATIVA DA JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

- 3.2.1** O ordenamento jurídico brasileiro estabelece um conjunto de garantias fundamentais destinadas à proteção do interesse público, cuja tutela se estende aos entes federativos, especialmente no que se refere à manutenção da ordem pública, à preservação da saúde coletiva, à proteção do patrimônio público e à garantia de condições ambientais adequadas à população.
- 3.2.2** Nesse contexto, destaca-se o disposto no art. 225 da Constituição Federal, que assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

- 3.2.3** Ademais, cabe evocar as seguintes abordagens da Lei nº 6.938/1981 - Regulamenta os termos da Política Nacional do Meio Ambiente, que reza a seguinte redação:

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

Art 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

3.2.4 Por fim, no tocante à Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe a Lei nº 12.305/2010:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: (...) XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis; produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

3.2.5 A contratação de empresa especializada para o transporte de resíduos sólidos urbanos insere-se diretamente nesse contexto normativo, uma vez que viabiliza a execução adequada de atividade essencial e potencialmente poluidora, assegurando que os resíduos gerados no Município de Costa Marques/RO sejam encaminhados de forma regular, segura e ambientalmente correta até o aterro sanitário licenciado.

3.2.6 Nesse cenário, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA exerce papel fundamental na gestão, no controle e na fiscalização das atividades relacionadas ao manejo de resíduos sólidos urbanos, sendo legítima e necessária a contratação de serviços especializados de apoio logístico, de modo a garantir o cumprimento dos deveres constitucionais e legais, bem como das metas de desenvolvimento sustentável e de proteção à saúde pública.

3.2.7 Assim, a contratação proposta atende inequívoca finalidade pública, ao assegurar a proteção do meio ambiente, a preservação da saúde da população, a continuidade de serviço público essencial e o atendimento às normas constitucionais e

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

infraconstitucionais que regem a gestão ambiental e o manejo de resíduos sólidos urbanos.

4 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1.1** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5 DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 5.1** A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no dimensionamento técnico dos quantitativos necessários à execução do objeto, conforme apresentado no Tópico 7 deste Estudo Técnico Preliminar, considerando a solução adotada para o transporte dos resíduos sólidos urbanos em sistema roll on/roll off, bem como a distância entre o ponto de transbordo no Município de Costa Marques/RO e o aterro sanitário licenciado localizado no Município de Cacoal/RO.
- 5.2** Para a definição dos valores unitários aplicáveis aos serviços, foi elaborada média de preços de mercado, contemplando todos os insumos necessários à execução do objeto, tais como combustível, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, pneus, lubrificantes, seguros, tributos, despesas administrativas, depreciação dos equipamentos, bem como demais custos diretos e indiretos inerentes à operação.
- 5.3** Os preços dos insumos utilizados na média de preços de mercado foram levantados a partir de cotações de mercado, considerando valores praticados por fornecedores do setor, com vistas a refletir preços compatíveis com a realidade regional e assegurar a aderência aos princípios da economicidade e da razoabilidade.
- 5.4** No que se refere aos custos de mão de obra, foram adotados os valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, aplicável à categoria profissional envolvida na execução dos serviços, contemplando salários, encargos sociais, benefícios obrigatórios e demais obrigações trabalhistas, em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 5.5** Ressalta-se que, para a estimativa do valor da presente contratação, optou-se pela utilização de média de preços de mercado (**DOC. ID: 1.3A5.52E**), em detrimento da realização de cotações diretas junto a fornecedores, tendo em vista as características específicas e singulares do serviço a ser contratado. Trata-se de serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos realizado em longa distância, entre o Município de Costa Marques/RO e o aterro sanitário localizado no Município de Cacoal/RO, o que demanda a disponibilização de caminhão exclusivo para a execução da operação, com logística dedicada, mão de obra especializada, custos elevados de deslocamento e permanência em rota, além de riscos operacionais e ambientais diferenciados. Essas particularidades tornam inviável a obtenção de cotações padronizadas e comparáveis com serviços executados em outros municípios, cujas distâncias, condições logísticas e arranjos operacionais são substancialmente distintos. Assim, a planilha de média de preços de mercado, elaborada com base em parâmetros técnicos, preços de insumos obtidos em mercado e valores de mão de obra definidos em convenção coletiva, revela-se o instrumento mais adequado para refletir com fidelidade os custos reais da operação e assegurar a observância aos princípios da razoabilidade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 5.6** Com base na média de preços de mercado, apurou-se o valor unitário de **R\$ 17,83 (dezessete reais e oitenta e três centavos)** por quilômetro rodado para o serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos em conjunto roll on/roll off, aplicado sobre a quilometragem anual estimada de **137.160 km**, resultando no montante anual estimado de **R\$ 2.446.015,43 (dois milhões quatrocentos e quarenta e seis mil e quinze reais e quarenta e três centavos)** para este item.
- 5.7** Adicionalmente, a estimativa de custos contempla a locação de 2 (dois) contêineres metálicos em aço, com capacidade individual de 30 m³, compatíveis com o sistema roll on/roll off, pelo período de 12 meses totalizando 24 unidades/ano, ao valor unitário de **R\$ 13.866,67 (treze mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, perfazendo o montante anual estimado de **R\$ 166.400,00 (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos reais)**.
- 5.7.1** Para fins de composição de preços, o valor unitário do item 02 abrange integralmente a locação de 2 (dois) contêineres, não sendo

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

considerado valor individual por unidade.

5.8 Dessa forma, o valor global estimado para a contratação, considerando todos os itens que compõem o objeto, totaliza **R\$ 2.612.415,43 (dois milhões seiscentos e doze mil quatrocentos e quinze reais e quarenta e três centavos)**, conforme demonstrado na planilha orçamentária que integra este Estudo Técnico Preliminar.

6 DOS PRAZOS /CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

6.1 Os serviços prestados serão executados de forma mensal, sendo resguardada a flexibilização da execução, conforme alinhamento junto à contratada, desde que atendidas às necessidades da unidade demandante.

6.2 DO PRAZO:

6.2.1 O prazo para o início dos serviços será imediato a assinatura do Instrumento Contratual, e deverá ser executado em conformidade com o quantitativo reservado em Nota de Empenho.

6.3 DOS LOCAIS/CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO:

6.3.1 A execução dos serviços compreenderá, como locais principais, o ponto de transbordo do Município de Costa Marques/RO, em área previamente definida pela Administração Municipal, onde os resíduos sólidos urbanos serão armazenados temporariamente em contêineres metálicos de 30 m³, bem como o aterro sanitário devidamente licenciado, localizado no Município de Cacoal/RO, destinado à disposição final dos resíduos.

6.3.2 O ponto de transbordo será de responsabilidade do Município de Costa Marques/RO, cabendo à Administração Municipal a disponibilização da área, a gestão do local, o controle operacional e o carregamento dos resíduos sólidos urbanos nos contêineres, por meio de equipe própria e utilização de máquinas adequadas, tais como pá carregadeira, retroescavadeira ou escavadeira hidráulica.

6.3.3 À empresa contratada caberá a execução do transporte dos contêineres cheios, por meio de caminhão dotado de sistema roll on/roll off, desde o ponto de transbordo no Município de Costa Marques/RO até o aterro sanitário licenciado indicado pela Administração, bem como o retorno dos contêineres vazios ou substitutos ao ponto de transbordo.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 6.3.4** Quanto ao cronograma de execução, os serviços de transporte serão realizados sob demanda, sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO, em função do enchimento dos contêineres no ponto de transbordo. Não haverá cronograma fixo de viagens, devendo a contratada manter disponibilidade operacional para atender às solicitações da Administração, conforme a necessidade do serviço.
- 6.3.5** A responsabilidade pelo enchimento, conservação, organização e monitoramento dos contêineres enquanto estes permanecerem no ponto de transbordo será exclusivamente do Município de Costa Marques/RO, cabendo à contratada apenas a retirada, o transporte e a devolução dos contêineres, nos termos definidos contratualmente.
- 6.3.6** A dinâmica operacional adotada visa assegurar a continuidade do serviço público essencial, a flexibilidade necessária para atender variações sazonais na geração de resíduos e a adequada integração entre as etapas de coleta, transbordo, transporte e disposição final.

7 DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas do objeto e as demais regras estabelecidas no edital e em seus anexos.
- 7.2** A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se pelo fato de o objeto consistir em serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, permitindo ampla competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 7.3** Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve optar pelo parcelamento do objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Contudo, após análise técnica e mercadológica, concluiu-se que não é recomendável o parcelamento da solução no presente caso.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 7.4** O objeto da contratação refere-se à prestação integrada dos serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos em sistema roll on/roll off, incluindo a retirada de contêineres cheios no ponto de transbordo, o transporte até o aterro sanitário licenciado e a reposição simultânea de contêineres vazios, configurando um serviço único, contínuo e operacionalmente indivisível.
- 7.5** Dessa forma, a Administração optou pelo não parcelamento do objeto, considerando que a divisão da contratação poderia comprometer a eficiência, a segurança operacional e a continuidade do serviço público essencial, além de dificultar a fiscalização e a atribuição de responsabilidades.
- 7.6** Os critérios técnicos que fundamentam o não parcelamento do objeto incluem, dentre outros:
- 7.6.1** Integração e sinergia operacional:
O transporte de resíduos sólidos urbanos em sistema roll on/roll off envolve etapas interdependentes, como a compatibilidade entre veículos, contêineres e procedimentos operacionais. O parcelamento poderia comprometer a integração dessas etapas e reduzir a eficiência do serviço.
- 7.6.2** Economia de escala:
A execução integrada do serviço de transporte, com disponibilização dos contêineres e operação logística contínua, possibilita melhor aproveitamento dos recursos e redução de custos operacionais, o que poderia ser prejudicado em caso de parcelamento.
- 7.6.3** Complexidade do gerenciamento contratual:
A gestão de um único contrato para a execução do serviço facilita o controle operacional, a fiscalização e o acompanhamento da execução, enquanto o parcelamento exigiria a gestão simultânea de múltiplos contratos, aumentando a complexidade administrativa.
- 7.6.4** Padronização e qualidade dos serviços:
A responsabilização de um único prestador pelo transporte e pela disponibilização dos contêineres favorece a padronização dos procedimentos, a manutenção da qualidade do serviço e a pronta identificação de eventuais falhas operacionais.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

7.6.5 Redução de riscos e clareza na atribuição de responsabilidades:
A contratação integrada reduz riscos operacionais, ambientais e contratuais, uma vez que concentra em um único fornecedor a responsabilidade pela execução do serviço de transporte, evitando conflitos de atribuição entre diferentes prestadores.

7.6.6 Maior controle técnico e fiscalização:
A não divisão do objeto possibilita maior controle técnico por parte da Administração Municipal, permitindo fiscalização mais eficiente e acompanhamento contínuo do desempenho do contratado.

7.7 Diante do exposto, o não parcelamento do objeto revela-se tecnicamente justificado e economicamente vantajoso para a Administração Pública Municipal de Costa Marques/RO, não configurando restrição indevida à competitividade, uma vez que o mercado dispõe de empresas aptas a executar integralmente o serviço proposto.

8 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

8.1 Da Previsão Orçamentaria:

8.1.1 As despesas ocorrerão de acordo com as dotações orçamentárias referentes as Secretarias e divulgadas de acordo com o disposto no decreto federal Nº 11.462, DE 31 de março de 2023.

“Art. 17- Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

8.2 Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento: A presente contratação está alinhada ao planejamento institucional da Prefeitura de Costa Marques, que atualmente não dispõe de um Plano Estratégico formalizado ou de um Plano de Contratações Anual (PCA). Em substituição, a Administração pauta suas contratações nas diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que são instrumentos legítimos e fundamentais para o planejamento orçamentário e financeiro do município.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

9 DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA

9.1 É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto.

10 APLICAÇÃO DE INCENTIVO A MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

10.1 Não será admitido o enquadramento de condições especiais disciplinadas pela Lei Complementar 123/2006, não se aplicando no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, de acordo com o art. 4º, § 1º, I da Lei 14.133/21.

11 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (COM BASE NO ITEM 9 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP)

11.1 A contratação deverá atender integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, à Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, ao Decreto nº 10.936/2022, às normas ambientais aplicáveis e às demais legislações federais, estaduais e municipais pertinentes à prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos.

11.2 A empresa a ser contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, demonstrando experiência prévia na execução de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos, preferencialmente em sistema roll on/roll off, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.3 A contratada deverá dispor de veículos apropriados, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente registrados, licenciados e compatíveis com o sistema roll on/roll off, atendendo às normas do Código de Trânsito Brasileiro, às resoluções do CONTRAN e às exigências de segurança e desempenho operacional.

11.4 Deverão ser disponibilizados contêineres metálicos em aço, com capacidade individual de 30 m³, compatíveis com o sistema roll on/roll off, em quantidade suficiente para atender à demanda operacional do Município, dotados de dispositivos de segurança, resistência estrutural e tratamento anticorrosivo, aptos ao armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 11.5** A contratada deverá possuir licenciamento ambiental válido para a atividade de transporte de resíduos sólidos urbanos, expedido pelo órgão ambiental competente, bem como atender às demais exigências ambientais, incluindo procedimentos para prevenção, mitigação e resposta a eventuais incidentes ambientais durante a execução dos serviços.
- 11.6** A execução dos serviços deverá ser realizada por mão de obra especializada e devidamente treinada, incluindo motoristas habilitados para condução de veículos pesados e operadores capacitados para o manuseio do sistema roll on/roll off, observando-se rigorosamente as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).
- 11.7** A contratada deverá manter procedimentos operacionais padronizados para a execução do serviço, contemplando rotinas de operação, manutenção preventiva dos veículos e equipamentos, controle operacional, gestão de riscos e resposta a emergências, especialmente aquelas relacionadas a vazamentos, acidentes rodoviários ou outros eventos com potencial impacto ambiental.
- 11.8** Deverá ser assegurada a continuidade e regularidade do serviço, em razão de seu caráter essencial, não sendo admitidas interrupções que comprometam o manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos do Município, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela Administração.
- 11.9** A contratada deverá atender integralmente à legislação trabalhista e previdenciária vigente, observando os valores e condições estabelecidos na convenção coletiva aplicável à categoria profissional envolvida na execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, fiscais e sociais decorrentes da contratação.
- 11.10A** interface operacional com o Município deverá observar as responsabilidades previamente definidas, cabendo à Administração Municipal a realização do carregamento dos resíduos nos contêineres no ponto de transbordo, enquanto à contratada competirá a coleta, transporte e entrega dos resíduos no aterro sanitário licenciado, nos termos a serem detalhados no Termo de Referência.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

11.11 A medição e o pagamento dos serviços deverão ser realizados com base em critérios objetivos e verificáveis, considerando o número efetivo de viagens realizadas e a quilometragem efetivamente percorrida, conforme metodologia a ser estabelecida no Termo de Referência e no contrato.

11.12 A contratada deverá manter seguros compatíveis com os riscos da atividade, incluindo, quando aplicável, seguro de responsabilidade civil e demais coberturas necessárias para resguardar o Município de eventuais danos materiais, ambientais ou a terceiros decorrentes da execução do objeto.

11.13 Todos os requisitos aqui estabelecidos deverão ser detalhados e especificados no Termo de Referência, de forma a garantir clareza quanto às obrigações da contratada, critérios de fiscalização e penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

12 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

12.1.1 SICAF;

12.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

12.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

12.1.4 Cadastro de empresas impedidas de contratar com a Administração Pública do Estado de Rondônia, inscritas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, nos termos da Lei Estadual nº 2414, de 18 de fevereiro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº.16.089/2011;

12.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 12.3** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.4** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.5** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 12.6** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 12.7** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 12.8** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.9** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.10** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.11** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12.11.1 Habilitação jurídica

12.11.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.11.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.11.1.3 Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

12.11.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.11.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.11.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.11.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 12.11.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 12.11.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.11.2.4** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 12.11.2.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.11.2.6** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.11.2.7** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.11.2.8** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.11.2.9** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

12.11.3 Qualificação Econômico-Financeira

12.11.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor

12.11.3.2 - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

12.11.3.3 Balanço patrimonial devidamente registrado em órgão competente, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

12.11.3.4 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente assinado pelo contador e representante legal da empresa.

12.11.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.11.3.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.11.3.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.11.3.8 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

12.11.3.9 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). 12.3.11.3.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.11.4 Qualificação Técnica/técnica operacional

12.11.4.1 Capacidade técnica profissional:

12.11.4.2 Comprovação de registro ou inscrição do responsável técnico da licitante (certidão de pessoa física) junto ao Conselho competente do responsável técnico, desde que pertinente e compatível com o objeto licitado, através de certidão de registro, dentro de seu prazo de validade.

12.11.4.3 Acervo técnico do profissional que será responsável pela execução dos serviços, objeto do certame, que comprove a execução dos serviços de características semelhantes e compatíveis ao objeto da licitação.

12.11.4.4 Entende-se por pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, o acervo que contemplem serviços Transporte de resíduos sólidos urbanos;

12.11.4.5 Profissional indicado como responsável técnico pela realização dos serviços deverá figurar como responsável técnico da PROPONENTE, podendo vir a ser substituído, em caso de fato superveniente, por outro, desde que seja igual ou mais qualificado e desde que seja previamente autorizado pela Administração.

12.11.4.6 A comprovação do vínculo entre a PROPONENTE e o profissional indicado como responsável técnico pela realização dos serviços poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a)** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e/ou Ficha de Registro de Empregados (FRE), que demonstrem a identificação do profissional;
- b)** Contrato de Trabalho ou de Prestação dos Serviços, firmado pelas partes, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução, desde que o contrato em questão seja nos termos aceitos pelo CREA;
- c)** Ato constitutivo em vigor da empresa, devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da Licitante ou Ata da Assembleia em vigor, para o caso de sócios e dirigentes;
- d)** Contrato de Trabalho registrado na DRT (Delegacia Regional do Trabalho);

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- e) Certidão de Registro/Inscrição Pessoa Jurídica junto ao CREA da licitante, onde consta o profissional em questão;
- f) Declaração formal, desde que acompanhada de Termo de Anuência, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a está adjudicada.

12.11.4.7 Capacidade técnica operacional

12.11.4.8 Comprovação de registro ou inscrição da licitante (certidão de pessoa jurídica) junto ao Conselho competente CREA, desde que pertinente e compatível com o objeto licitado;

12.11.4.9 A exigência de capacidade técnico-operacional visa à comprovação de que a empresa pretendente participou anteriormente de contrato cujo objeto é similar ao previsto na contratação almejada. Pretende-se examinar a capacidade que a licitante possui de mão-de-obra, equipamentos e materiais, para a perfeita execução do objeto, na quantidade, qualidade e prazo exigidos.

12.11.4.10 Comprovação de registro ou inscrição da licitante (certidão de pessoa jurídica) junto ao Conselho competente CREA, desde que pertinente e compatível com o objeto licitado;

12.11.4.11 A exigência de capacidade técnico-operacional visa à comprovação de que a empresa pretendente participou anteriormente de contrato cujo objeto é similar ao previsto na contratação almejada. Pretende-se examinar a capacidade que a licitante possui de mão-de-obra, equipamentos e materiais, para a perfeita execução do objeto, na quantidade, qualidade e prazo exigidos.

12.11.4.12 Entende-se por pertinente e compatível em quantidades e prazos, os atestados que comprovem a experiência satisfatória em transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, nos quais se verifique que a empresa já tenha executado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do total previstos nesta licitação, para o transporte de resíduos sólidos urbanos, compreendendo:

12.11.4.13 Transporte intermunicipal de resíduos sólidos urbanos (km); Será permitida a soma de atestados desde que todos se refiram ao intervalo ininterrupto de 12 (doze)

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

meses.

- 12.11.4.14** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 12.11.4.15** Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem (o número da ART deve constar no Atestado);
- 12.11.4.16** Autorização Ambiental ou outro documento correspondente do Órgão Ambiental Estadual competente para a atividade pertinente ao transporte intermunicipal de resíduos sólidos urbanos, válida no momento da licitação;
- 12.11.4.17** Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.
- 12.11.4.18** Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

13 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, a formalização da ata de registro de preços observará os seguintes procedimentos:

13.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos ofertados pelo Fornecedor.

13.1.2 O registro:

13.1.2.1 Para fins de cadastro de reserva, dos licitantes/fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (vencedor), na ordem de classificação;

13.1.2.2 Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original, que somente serão convocados se esgotados/inexistentes os do item anterior.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 13.1.3** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 13.2** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 13.3** Homologado o resultado da licitação, a publicação da Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação, independentemente da assinatura do licitante, valendo como prazo de vigência da ata e sua possibilidade de prorrogação.
- 13.4** Na hipótese de o Cadastro de reserva não atender as condições do parágrafo anterior, admite-se a contratação dos licitantes remanescentes, observados a ordem de classificação, o valor estimado (preço de mercado) e a sua eventual atualização, desde que:
- 13.4.1** Negocie, na ordem de classificação, a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 13.4.2** Quando frustrada a negociação de melhor condição, firmar Ata de Registro nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes.
- 13.5** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a absorver a demanda, parcial ou totalmente, admitida a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14 DO PRAZO DE VIGÊNCIA, REGISTRO DE PREÇOS, CONTROLE, ALTERAÇÃO DE PREÇOS E PRORROGAÇÃO DA ARP

- 14.1** A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no diário oficial do município (AROM), podendo ser prorrogada conforme o a Lei 14.133/2021, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 14.2** No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no Art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, desde que:

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 14.2.1** Seja comprovado que o preço é vantajoso, na forma do Art. 23 da Lei 14.133/2021;
- 14.2.2** Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- 14.2.3** Prévia consulta e aceitação do fornecedor;
- 14.2.4** A prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.
- 14.3** Qualquer alteração na ata poderá ser efetuada por meio de termo aditivo.
- 14.4** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro, preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 14.5** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Instituição promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 14.6** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o fornecedor deverá ser convocado para a negociação da redução do preço registrado.
- 14.7** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- 14.8** Os demais fornecedores deverão ser convocados visando igual oportunidade de negociação.
- 14.9** Não havendo êxito nas negociações, a Instituição deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

15 DA COMPOSIÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1 Quanto ao Contrato Administrativo, ficará estabelecido em cláusulas às condições e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, devendo este ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do respectivo extrato em portais oficiais, na forma estabelecida da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Poderá o contrato ser prorrogado por igual período até a vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da convocação para a apresentação das licenças exigidas.

15.4 O prazo do item 16.3, começara a correr no primeiro dia útil posterior ao envio do e-mail;

15.5 Do Reajuste, Reequilíbrio Econômico-Financeiro, Aditivos e Supressões:

15.5.1 Os preços contratados deverão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do índice O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) indicador oficial da inflação no Brasil, medido mensalmente pelo IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

O valor reajustado será obtido pela seguinte fórmula:

$$VR = VI \times \left(\frac{IPCA_f}{IPCA_i} \right)$$

Onde:

- **VR** = Valor reajustado do contrato;
- **VI** = Valor inicial contratado (ou último valor reajustado);
- **IPCA_f** = Índice IPCA referente ao mês imediatamente anterior ao do reajuste;
- **IPCA_i** = Índice IPCA referente ao mês da data-base da proposta.

15.5.2 Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

15.5.3 Dos Aditivos e Supressões Contratuais:

15.5.3.1 A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até a 25% do valor inicial atualizado do contratado, conforme estabelece o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.5.4 Reequilíbrio Econômico-Financeiro:

15.5.4.1 Fica garantido o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

15.5.4.2 A Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

15.5.5 Da Rescisão:

15.5.5.1 O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.5.5.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

15.5.5.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 104 da Lei nº. 14.133/21.

16 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

16.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5 Fiscalização

16.5.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

16.5.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

16.5.3 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

16.5.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

16.5.5 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 16.5.6** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 16.5.7** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 16.5.8** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.5.9** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 16.5.10** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 16.5.11** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 16.5.12** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

16.5.13 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

16.5.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

16.5.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

16.5.16 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO:

17.1 A medição dos serviços observará dois critérios distintos, conforme a natureza dos itens contratados:

- I. Serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos: A medição será realizada com base no número efetivo de viagens executadas, multiplicado pela distância unitária de 381 km, correspondente ao trajeto entre a área de transbordo localizada no atual lixão do Município de Costa Marques/RO e o aterro sanitário licenciado localizado no Município de Cacoal/RO.
- II. Serviço de locação de contêineres: A medição será realizada com base na quantidade de contêineres metálicos efetivamente disponibilizados e utilizados, considerando-se, para fins deste Termo de Referência, a previsão de utilização

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

de 02 (dois) contêineres.

- 17.2** Para fins de medição, a contratada deverá apresentar mensalmente relatórios contendo, no mínimo, a identificação das viagens realizadas, datas, horários, quilometragem percorrida, os quais serão submetidos à validação da fiscalização do contrato.
- 17.3** Os relatórios devem ser enviados através do endereço de e-mail: sema@costamarques.ro.gov.br até o dia 8 do mês subsequente, em caso de ocorrência de inconsistências nos relatórios, após aviso, a empresa contratada terá 03 (três) dias úteis para enviar os relatórios com as devidas correções.
- 17.4** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 17.5** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 17.6** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 17.7 Liquidação**
- 17.7.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 17.7.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.7.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

17.7.3.1 o prazo de validade;

17.7.3.2 a data da emissão;

17.7.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

17.7.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

17.7.3.5 o valor a pagar;

17.7.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.7.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

17.7.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.7.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

17.7.6.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

17.7.6.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

17.7.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.7.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.7.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

17.8 Prazo de pagamento

17.8.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

17.8.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM, de correção monetária.

17.9 Forma de pagamento

17.9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.9.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 Da contratada

- 18.1.1** Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta de preços e documentos apresentados ao CONTRATANTE, bem como neste Termo de Referência.
- 18.1.2** Desempenhar os serviços nas condições estipuladas, dentro dos prazos estabelecidos, em estrita observância às especificações do Edital, do Termo de Referência e da proposta apresentada, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 18.1.3** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.1.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 18.1.5** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 18.1.6** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data de início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 18.1.7** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.1.8** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

condições autorizadas no termo de referência.

- 18.1.9** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor da CONTRATANTE encarregado de acompanhar a execução do contrato prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 18.1.10** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 18.1.11** Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 18.1.12** Observar durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas.
- 18.1.13** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 18.1.14** A contratada será responsável durante o período do contrato pela manutenção da balança e calibração permanente dela, através de empresa aprovada pelo INMETRO.
- 18.1.15** Observar, na execução dos serviços, os regulamentos, as leis, inclusive de Segurança e Medicina do Trabalho e de Segurança Pública, bem como as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT.
- 18.1.16** A CONTRATADA deverá contratar e manter os seguros pertinentes e suficientes para assegurar os danos materiais, cobrindo a perda, destruição ou prejuízos em todos os bens integrantes da Contratação, na seguinte conformidade:
- 18.1.16.1** Seguro de acidentes de trabalho, de acordo com as leis aplicáveis a todos os trabalhadores e seguro relacionados aos impactos ambientais adversos, oriundo de acidentes no ato da execução dos serviços;

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

18.1.17 Como condição para assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar:

18.1.17.1 Prova de Regularidade com o CREA, da empresa e de seus responsáveis técnicos

18.2 Da contratante

18.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do presente termo de referência a fim de que sejam executados rigorosamente em conformidade com o estabelecido neste instrumento.

18.2.2 A fiscalização dos serviços, por parte da CONTRATANTE, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por inobservância ou omissão a qualquer das cláusulas contratuais estabelecidas no presente ajuste.

18.2.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, determinando prazo para sua correção.

18.2.4 Realizar os pagamentos à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o atesto da NFe acompanhada dos relatórios de coleta, tickets originais emitidos por balança digital, certidões de regularidade junto à Receita Federal, INSS, FGTS, Ministério do Trabalho, Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa.

18.2.5 Prestar as informações necessárias ao planejamento das atividades para execução do contrato.

18.2.6 Acompanhar a atuação da CONTRATADA na execução dos serviços objeto do presente termo de referência por servidor designado.

18.2.7 Rejeitar ou solicitar que o serviço seja refeito caso esteja em desacordo com os padrões exigidos nas especificações e recomendações desse termo de referência.

18.2.8 Oferecer todas as condições e informações necessárias a CONTRATADA para a fiel execução do contrato.

18.2.9 Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do serviço ou pela inobservância de qualquer especificação deste Termo de Referência ou cláusulas do contrato.

19 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 25 E 156 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021):

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 19.1** A licitante, adjudicatária ou contratada que, comprovada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 19.2** De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- 19.3** A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ou objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- 19.3.1** São exemplos de infração administrativa penalidades, nos termos da Lei nº14.133/2021:
- 19.3.1.1** Inexecução total ou parcial do contrato;
- 19.3.1.2** Apresentação de documentação falsa;
- 19.3.1.3** Comportamento inidôneo;
- 19.3.1.4** Fraude Fiscal;
- 19.3.1.5** Descumprimento de qualquer dos deveres no Edital ou no Contrato.
- 19.4** As Sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à contratante ou a terceiros.
- 19.5** As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

- 19.6** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como do dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

20 CONDIÇÕES GERAIS:

- 20.1** As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.
- 20.2** As partes elegem o foro da Comarca de Costa Marques/RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.
- 20.3** A contratação obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/21, e as responsabilidades de acordo com código civil e demais legislações pertinentes.
- 20.4** Demais informações essenciais para contratação estão condicionadas no estudo técnico preliminar Estudo Técnico Preliminar.

21 ELABORADO POR:

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA
Equipe de Planejamento da Contratação
DEC. Nº 508/GAB/2025

Costa Marques-RO, 20 de fevereiro de 2026

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





PREFEITURA DE COSTA MARQUES - RO

AV. CHIANCA, 1.381 - CENTRO - COSTA MARQUES / RO - CEP: 76.937-000

CNPJ: 04.100.020/0001-95

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**,
CPF: 052.73*. **2-*0 em **20/02/2026 10:16:36**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
10X3.6E16.236K.912R.6021, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.409.5B0** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73*. **2-*0 , em **20/02/2026 - 10:16:36**

Código de Autenticidade deste Documento: 10A1.5816.736U.R13X.2227

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://athus.costamarques.ro.gov.br/verdocumento>

